07 de novembro, 2011

Sessão de abertura - Palavras de introdução do cardeal-patriarca à 178ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa

(7.11.2011) Senhor Núncio Apostólico Senhores Arcebispos e Bispos Senhores representantes da CIRP e FNIS Senhores Jornalistas, **1**. No início dos trabalhos da nossa Assembleia Plenária, saúdo os novos membros: o Senhor D. José Manuel Garcia Cordeiro, Bispo de Bragança-Miranda, e o Senhor D. Nuno Brás da Silva Martins, Bispo eleito para Auxiliar do Patriarcado de Lisboa. Fostes chamados à maior dignidade de serviço, a de encarnardes no nosso tempo a missão dos Apóstolos de Jesus. A vossa chegada significa uma esperança acrescida de renovação deste Colégio Episcopal. Saúdo com amizade e gratidão o Senhor D. António Montes Moreira e o Senhor D. João Miranda Teixeira, que o Santo Padre dispensou do múnus pastoral nas dioceses de Bragança-Miranda e Porto. Mas do zelo apostólico e da atividade pastoral noutras formas, ninguém vos pode dispensar. O Povo de Deus conta convosco. Vamos iniciar os trabalhos da nossa Assembleia Plenária, que constam de dois blocos: a vida interna da Igreja e uma atenção sobre a sociedade, neste momento exigente da comunidade nacional. **2.** No que à vida interna da Igreja diz respeito, refletiremos sobre a natureza, missão e dinamismo da própria Conferência Episcopal. Ela é, Assembleia Plenária e Comissões Episcopais, a estrutura visível que exprime uma dimensão abrangente do nosso ministério episcopal: o espírito de colegialidade. Ela não é uma expressão completa da colegialidade episcopal, pois esta só se exprime na totalidade do colégio episcopal, sempre presidido por aquele a quem foi confiado o ministério petrino. Mas o espírito colegial informa, também, estes colégios de Bispos de um País ou de uma região. A colegialidade é, também para nós, exigência de comunhão na caridade, embora saibamos que não temos os poderes de todo o colégio. O que somos afinal? Bispos em comunhão que procuram pôr as Igrejas

particulares a que presidem em comunhão de caridade e em sintonia de critérios pastorais. A CEP não governa as Igrejas de Portugal, qual parlamento que tivesse a última palavra a dizer. Ela não tem poder, mas a força da comunhão. Por mimetismo em relação à organização democrática da sociedade, há a tendência de nos olharem como um poder central. Isso não pode constituir, para nós, uma tentação. A nossa missão é estarmos em comunhão para pormos as dioceses a que presidimos em comunhão, abertas à comunhão universal da Igreja. **3.** Um dos pontos da Agenda retoma um processo que temos vindo a percorrer: o de encontrar caminhos de pastoral para a renovação da Igreja em Portugal. Foi possível chegar aqui porque todas as dioceses mostraram desejá-lo. Não podemos impor nada a ninguém, mas queremos dinamizar um processo que torne possível, às Igrejas que o desejam, percorrer um caminho, trocando experiências e estimulando-se mutuamente. Este processo tem de ser convergente com o desafio de uma nova evangelização, lançado pelo Santo Padre e agora reforçado com o anúncio da proclamação de um Ano da Fé, na celebração do cinquentenário da abertura do Concílio Ecuménico Vaticano II. Procuraremos responder a estas interpelações. O Concílio Vaticano II continua a ser o ponto de referência seguro para a Igreja encontrar, hoje, os caminhos da fidelidade a Jesus Cristo, à missão que Ele lhe confiou, aos homens nossos irmãos que amou até dar a vida por eles. **4.** Nesta reflexão sobre o dinamismo da CEP, refletiremos sobre as Comissões Episcopais. São órgãos decisivos para que a Conferência Episcopal possa realizar a sua missão. Vamos consciencializar a sua missão, rever o seu número e definição de áreas específicas de intervenção, aperfeiçoar os serviços de apoio e, finalmente, eleger os seus Presidentes para o próximo triénio. **5.** Um dos motivos principais que levou à convocação do Concílio foi a atenção ao mundo contemporâneo, na sua transformação acelerada, à fisionomia humana das nossas comunidades, para a Igreja, em espírito de fidelidade à missão, descobrir os caminhos novos de evangelizar e ser referência da esperança. O Concílio lançou-nos um desafio, que continua atual: o da fidelidade à fé que recebemos dos Apóstolos e o do “aggiornamento”, o da descoberta de caminhos novos de anunciar e ser sempre essa referência de esperança. Queremos sê-lo, neste momento que passa, para a nossa sociedade portuguesa, a atravessar um período difícil, que pode pôr em questão níveis de vida conseguidos, trazendo para todos a exigência da austeridade e, porventura, agravando a situação dos mais desfavorecidos. Este agravamento pode, porventura, ser o resultado das medidas adotadas para vencer a presente crise. A todos os portugueses, de modo particular aos nossos irmãos para quem este período vai ser mais duro e exigente, dirigimos uma palavra de muito amor. Os mais pobres e os que sofrem serão sempre os nossos aliados privilegiados. A Igreja fará por vós e convosco, tudo o que puder. Queremos ser, para todos, porta de acolhimento e lugar da partilha. **6.** Não é nossa função, quer analisar os dados objetivos da crise, quer apresentar soluções ou criticar as soluções apresentadas por quem tem a missão democrática de o fazer. Mas é nossa missão, isso sim, proclamar valores fundamentais da nossa maneira cristã de ver a vida e enfrentar os problemas. São valores irrenunciáveis para os cristãos, facilmente assumíveis por todos os homens de coração reto. * Antes de mais a verdade. Sabemos que a crise atual é complexa, nas suas causas, nas soluções a procurar, toca em sistemas estabelecidos, relativiza ideologias defendidas, exige discernimento, não apenas individual, mas coletivo, para encontrar as soluções mais

justas. Mas que ninguém atraiçoe a verdade, que ninguém se sirva do sofrimento coletivo para impor as suas verdades. O amor à verdade não é apenas teórico; exprime-se no concreto das situações, e quanto mais dramáticas elas são, mais cuidada deve ser a sua busca. * A solidariedade. Esta exige que cada um dê prioridade aos outros, aceite que faz parte da solução coletiva. A solidariedade denuncia todas as atitudes individualistas, quer de indivíduos, quer de grupos ou classes. A sociedade é um todo, deve ser comunidade e buscar o bem comum, não apenas o bem individual e particular. O contributo específico de cada um e de cada grupo, justo na convivência democrática que afirma a comunidade como unidade na diversidade, só encontra a sua nobreza se der prioridade ao bem comum. * A solidariedade exige a equidade, nos sacrifícios que se pedem, nos contributos que se esperam de cada pessoa ou de cada grupo social. Esta equidade não é apenas matemática. Supõe o discernimento para ver as implicações de cada decisão no bem comum. Pode acontecer que se peçam sacrifícios que acabem por prejudicar o bem coletivo. * A responsabilidade de todos. Ninguém, pessoas, grupos e instituições, está isento de procurar perceber qual é o seu contributo para a solução das dificuldades. A doutrina social da Igreja chama a esta responsabilidade de todos o dinamismo da subsidiariedade. Alguns teimam em pedir tudo ao Estado, exorcizando a própria designação de atividade privada como manifestação inevitável do egoísmo e da busca de interesses particulares. A doutrina social da Igreja está consciente de que, mas sobretudo nos momentos mais difíceis, o bem da comunidade só se consegue com o contributo de todos. Se isto exige ao Estado que, no discernimento dos caminhos equilibre harmonicamente essa variedade de contributos, exige a todos a generosidade de atitudes exigidas pelo bem comum. **7.** Termino estas palavras afirmando o pensamento da Igreja sobre a dignidade e a nobreza de todo o serviço em favor da comunidade: políticos, governantes, empresários, dirigentes das associações de trabalhadores, etc. A sua dignidade advém da nobreza do bem comum; todos os valores que referi, a verdade, a solidariedade, a equidade, devem informar a atitude com que servem. Assegurai o bem comum, sede construtores da comunidade e encontrareis o vosso bem pessoal. Só os que servem merecem as honras da glória e do triunfo. Fátima, 7 de novembro de 2011 D. José Policarpo, Cardeal-Patriarca, Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa

---

www.fatima.pt/pt/news/sessao-abertura-palavras-introducao-cardeal-patriarca-178-assembleia-plenaria-conferencia-episcopal-portuguesa